

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| PRINCIPAIS ABREVIATURAS | 9 |
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I – O DIREITO PÚBLICO: NOÇÃO | 13 |
| PARTE I – TEORIA DO ESTADO | 19 |
| CAPÍTULO II – ORIGEM E FUNDAMENTOS DO ESTADO | 21 |
| 1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ESTADO | 21 |
| 1.1. O poder político antes do Estado | 22 |
| 1.2. O surgimento do Estado (moderno) | 24 |
| 1.3. A evolução do Estado | 25 |
| 1.4. O Estado desafiado pela descentralização regional e pela centralização internacional do poder | 28 |
| 2. CONCEÇÕES SOBRE O ESTADO | 30 |
| 2.1. Legitimidade e legitimação do poder político | 31 |
| 2.2. Os fins do poder político | 34 |
| 2.3. Conclusão | 35 |
| CAPÍTULO III – OS ELEMENTOS DO ESTADO | 37 |
| 1. O POVO | 38 |
| 1.1. Conceito | 38 |

| | |
|--|----|
| 1.2. Distinção de figuras afins (população, nação e pátria) | 39 |
| 1.3. Princípios das nacionalidades e da autodeterminação dos povos | 40 |
| 1.4. A proteção das minorias | 41 |
| 1.5. Aquisição e perda da cidadania portuguesa | 43 |
| 1.5.1. Aquisição da nacionalidade | 43 |
| 1.5.1.1. Aquisição originária | 44 |
| a) Por mero efeito da lei | 44 |
| b) Por efeito da lei e da vontade | 44 |
| 1.5.1.2. Aquisição derivada | 46 |
| a) Por efeito da vontade | 46 |
| b) Pela adoção | 47 |
| c) Por naturalização | 47 |
| 1.5.2. Perda da nacionalidade | 49 |
| 1.6. O estatuto jurídico das pessoas em razão da cidadania | 50 |
| 1.7. A cidadania europeia | 52 |
| | |
| 2. O TERRITÓRIO | 53 |
| 2.1. Introdução e conceito | 53 |
| 2.2. Aquisição do território e delimitação das fronteiras | 55 |
| 2.2.1. Modos de aquisição do território | 55 |
| 2.2.1.1. Aquisição originária | 56 |
| 2.2.1.2. Aquisição derivada | 58 |
| 2.2.2. Títulos de delimitação fronteiriça | 59 |
| 2.2.3. A proibição constitucional da alienação do território e a retificação de fronteiras | 60 |
| 2.3. Os elementos componentes do território | 60 |
| 2.3.1. Domínio terrestre | 61 |
| 2.3.2. Domínio marítimo | 62 |
| 2.3.3. Domínio aéreo | 65 |
| 2.4. O território e o Direito: os princípios da territorialidade e da impermeabilidade | 66 |
| 2.5. Outros aspetos da relação entre Direito e território | 66 |
| 2.6. A cidadania e o acesso ao território do Estado | 68 |
| | |
| 3. O PODER SOBERANO | 71 |
| 3.1. A soberania como poder político | 72 |
| 3.2. A soberania como categoria especial do poder político | 73 |
| 3.3. A soberania e o Direito | 74 |
| 3.4. Limites ao poder político soberano | 76 |
| 3.5. Desafios contemporâneos à soberania dos Estados | 80 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO IV – AS FUNÇÕES DO ESTADO | 85 |
| 1. AS FUNÇÕES DO ESTADO | 86 |
| 1.1. A função política (legislativa e governamental) | 87 |
| 1.2. A função administrativa e a função jurisdicional | 88 |
| 1.3. Alguns casos de diluição de fronteiras | 91 |
| 2. O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES | 93 |
| | |
| PARTE II – A RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO | 99 |
| | |
| CAPÍTULO V – O ESTADO E O DIREITO | 101 |
| 1. A SUBORDINAÇÃO DO ESTADO AO DIREITO | 101 |
| 1.1. As origens do Estado de Direito | 101 |
| 1.2. O Estado de Direito Liberal | 102 |
| 1.3. O Estado de Direito Social | 104 |
| 1.4. A mais recente evolução do Estado de Direito | 106 |
| 2. A PERSONALIDADE JURÍDICA DO ESTADO | 108 |
| 2.1. Algumas doutrinas acerca da personalidade jurídica | 108 |
| 2.2. Consequências do reconhecimento de personalidade jurídica ao Estado | 109 |
| 2.3. Carácter unitário ou plural do Estado como sujeito de Direito | 110 |
| | |
| CAPÍTULO VI – A RELAÇÃO JURÍDICO-PÚBLICA | 113 |
| 1. INTRODUÇÃO | 113 |
| 2. ESPECIFICIDADES DAS RELAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO | 114 |
| 3. CONCEITO DE RELAÇÃO JURÍDICO-PÚBLICA | 116 |
| 4. CLASSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO | 118 |
| 4.1. Relação jurídica bilateral/relação jurídica multilateral ou multipolar | 118 |
| 4.2. Relações de Direito Constitucional/de Direito Internacional/de Direito da União Europeia/de Direito Administrativo | 119 |
| | |
| CAPÍTULO VII – OS ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS | 121 |
| 1. CONCEITO | 122 |
| 2. PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS | 123 |
| a) Constituição | 123 |

| | |
|---|-----|
| b) Atos legislativos nacionais | 123 |
| c) Atos legislativos da União Europeia | 124 |
| d) Convenções internacionais | 125 |
| e) Regulamentos administrativos | 125 |
| 3. A HIERARQUIA DOS ATOS NORMATIVOS | 127 |
| 4. PRINCIPAIS ATOS NÃO NORMATIVOS | 132 |
| a) Atos políticos | 132 |
| b) Atos jurisdicionais | 132 |
| c) Atos jurídico-públicos concretos da Administração Pública | 133 |
| 5. O PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DOS ATOS JURÍDICO- -PÚBLICOS | 134 |
| 5.1. Conceito de procedimento | 134 |
| 5.2. Razões justificativas da imposição do procedimento | 135 |
| 5.3. Consequências do incumprimento do procedimento | 135 |
| 6. A OMISSÃO DE ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS | 137 |
| CAPÍTULO VIII – AS POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS PÚBLICAS | 139 |
| 1. POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS ATIVAS | 140 |
| 1.1. Direitos subjetivos públicos: classificação | 140 |
| 1.2. Poderes jurídico-públicos | 142 |
| 2. POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS PASSIVAS | 143 |
| 2.1. Deveres | 143 |
| 2.2. Estados de sujeição | 144 |
| 3. O ESTATUTO JURÍDICO | 145 |
| PARTE III – TEORIA DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA | 149 |
| CAPÍTULO IX – AS FORMAS DO ESTADO | 151 |
| 1. INTRODUÇÃO | 151 |
| 2. O ESTADO UNITÁRIO | 153 |
| 2.1. Introdução e classificações | 153 |
| 2.2. A forma unitária do Estado português | 155 |

| | |
|--|---------|
| 3. O ESTADO FEDERAL | 156 |
| 3.1. Introdução: os Estados compostos | 156 |
| 3.2. O surgimento dos Estados federais: as confederações | 156 |
| 3.3. Características do Estado federal | 158 |
| 3.4. Diferenças entre o Estado federal e o Estado regional | 159 |
| 3.5. Coordenação entre o Estado federal e os Estados federados | 159 |
| 4. A FORMA DO ESTADO PORTUGUÊS | 161 |
| CAPÍTULO X – ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA, INTERNACIONAL E DA UNIÃO EUROPEIA | 163 |
| 1. ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA | 163 |
| 2. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL | 169 |
| 2.1. Apresentação | 169 |
| 2.2. Implicações da organização internacional na organização interna | 170 |
| 3. ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA | 172 |
| 3.1. Apresentação | 172 |
| 3.2. Implicações da organização da UE na organização interna | 174 |
| CAPÍTULO XI – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 177 |
| 1. AS PESSOAS COLETIVAS, OS ÓRGÃOS E OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | 177 |
| 1.1. As pessoas coletivas públicas, os órgãos administrativos e os serviços administrativos – breves noções | 177 |
| 1.2. Os órgãos administrativos: classificação | 179 |
| 1.3. O funcionamento dos órgãos colegiais | 180 |
| 2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA: A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DIRETA E INDIRETA E A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA | 184 |
| 2.1. Administração estadual | 185 |
| a) Administração estadual direta | 185 |
| b) Administração indireta do Estado | 186 |
| c) Administração independente do Estado | 187 |
| 2.2. Administração Autónoma | 188 |

| | |
|---|-----|
| 3. AS RELAÇÕES DE HIERARQUIA, SUPERINTENDÊNCIA E TUTELA | 191 |
| 3.1. A hierarquia administrativa | 191 |
| 3.2. A superintendência e a tutela administrativa | 194 |
| 4. OS MEIOS DE GARANTIA ADMINISTRATIVOS | 197 |
| 4.1. Os meios de garantia administrativos | 197 |
| 4.2. A reclamação e os recursos | 198 |